



ELETROBRAS / ELETROSUL

PLR AINDA SEM DEFINIÇÃO

Sindicatos recomendam manutenção da mobilização dos trabalhadores

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) se reúne no Rio de Janeiro, no dia de hoje (15/05), na sede da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) para definir as estratégias e encaminhamentos que buscam intensificar as ações institucionais em defesa do setor elétrico e garantir o pagamento da PLR dos trabalhadores. O CNE, através de ofício da FNU buscou agendar para hoje reunião com a Diretoria da Eletrobras, que não confirmou a realização da reunião de negociação.

O CNE defende o pagamento da PLR 2013 para todos os trabalhadores de todas as empresas do Sistema Eletrobras. O coletivo entende que, mais do que nunca, é fundamental manter a unidade dos trabalhadores, e lembra que esta unidade foi determinante no passado quando as negociações também se apresentavam truncadas por dificuldades apontadas por algumas empresas do grupo, a exemplo do que ocorre hoje.

A expectativa das entidades sindicais é que a direção das empresas se comprometam, de fato, na busca de uma solução, para que os trabalhadores não venham a ser penalizados por uma política equivocada, determinada pelo Governo Federal, que precisa reconhecer e corrigir as falhas da MP 579 e do modelo de renovação das concessões. As empresas não podem continuar com receitas tão reduzidas, é preciso rever o valor das indenizações dos ativos, para que as empresas possam honrar seus compromissos com os trabalhadores, com os fornecedores e com a sociedade que precisa de um serviço de qualidade.

FNU e CNE apostam fortemente no diálogo com todos os atores envolvidos: Governo, Ministérios, Congresso Nacional e Eletrobras.

No dia 07 de maio, representantes da FNU estiveram em audiência no Tribunal de Contas da União, onde enfatizaram a preocupação com o futuro do setor elétrico federal diante dos equívocos da MP 579. No dia 08 de maio foi realizada audiência com o Ministro de Relações Institucionais, Ricardo Berzoini, com a participação de alguns parlamentares. Os reflexos destas ações institucionais por parte das entidades sindicais são positivos e facilitam a abertura do canal de comunicação, que até então se encontrava fechado. É também uma oportunidade de apresentar ao Governo as reivindicações dos trabalhadores, mostrar os estudos feitos, e alertar sobre os graves riscos que representa para o setor elétrico nacional um eventual desmonte do Sistema Eletrobras.

Por isso, os dirigentes sindicais pretendem fazer novas interlocuções, intensificando os contatos com estas instituições. No entanto, a busca pelo diálogo não significa que os trabalhadores devam se desmobilizar. Ao contrário, a recomendação do CNE é para que os trabalhadores permaneçam atentos aos encaminhamentos, pois caso não se avance rumo ao pagamento da PLR, não restará alternativa, se não aprofundar a luta, com novas paralisações como a que ocorreu dias 24 e 25 de abril.



Sindicatos procuraram entidades governamentais em busca de soluções para a PLR e para a situação das empresas públicas

"O coletivo entende que, mais do que nunca, é fundamental manter a unidade dos trabalhadores, e lembra que esta unidade foi determinante no passado quando as negociações também se apresentavam truncadas por dificuldades apontadas por algumas empresas do grupo, a exemplo do que ocorre hoje"



O MARCO REGULATÓRIO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR ELÉTRICO

Entrevista com Daniel dos Passos e Franklin Moreira, palestrantes do 9º Congresso dos empregados da Celesc

PG. 2-3

ENERGIA A QUE PREÇO?

"As empresas privadas e as administradas por governos tucanos, além de colocar R\$ 21 bi no bolso, estão esvaziando os lagos para forçar aumentos nas contas de luz e, de quebra, gerar um grande desgaste político eleitoral"

PG. 2



ENERGIA A QUE PREÇO

por Frei Betto

"As empresas privadas e as administradas por governos tucanos, além de colocar R\$ 21 bi no bolso, estão esvaziando os lagos para forçar aumentos nas contas de luz e, de quebra, gerar um grande desgaste político eleitoral!"

O Plano Decenal de Energia prevê, como prioridade, até 2022, a construção de hidrelétricas. Hoje, o Brasil dispõe de 125 mil MW (megawatts). O Plano estabelece a incorporação de mais 60 mil MW, sendo 35 mil oriundas de 35 hidrelétricas de grande porte a serem construídas, e dezenas de PCHs (Pequenas Centrais Hidrelétricas).

Tais empreendimentos atingirão, segundo o Governo Federal, 62 mil pessoas. Tudo indica tratar-se de um número subestimado. Duas hidrelétricas, a de Marabá e a de Belo Monte, causarão transtornos para uma população numericamente maior. Hoje, em todo o Brasil, os atingidos por construções de barragens são calculados pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) em 1 milhão de pessoas. Emais 250 mil serão afetadas pelas obras previstas no Plano Decenal, que prevê investimento de R\$ 100 bilhões e o alagamento de 650 mil hectares. Cerca de 80% do potencial hídrico planejado será em rios da Amazônia: Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira.

O BNDES é a principal fonte de financiamento das usinas hidrelétricas. De 2002 a 2012, financiou cerca de 650 projetos, canalizando para as empresas algo em torno de R\$ 200 bilhões. Para os atingidos por barragens - famílias expulsas de suas terras e domicílios para dar lugar às represas - restaram apenas migalhas assistencialistas.

O Relatório Nacional de Direitos Humanos, publicado em 2010, registra que, no Brasil, vigora um padrão de violação dos direitos dos atingidos por barragens: 16 direitos são sistematicamente desrespeitados quando se trata desse segmento da população.

Em julho de 2009, esta dívida social foi publicamente reconhecida pelo presidente Lula. Ainda assim, pouco se avançou. O MAB propôs ao governo criar um fundo para pagar aos atingidos o que é devido. Nada se fez até agora. No entanto, no último 13 de março o governo federal liberou R\$ 13 bilhões para empresas estatais administradas pelo PSDB (Cesp, Copel, Cemig e Light) e empresas privadas (Duke, Suez Tractebel, AES, etc.) que vendem energia a R\$ 822,83 o MW hora, enquanto as estatais federais vendem a R\$ 33,00/MWh.

Dinheiro para as empresas não falta. Falta para promover justiça social e ressarcir as famílias expulsas de suas terras em nome do progresso. O povo brasileiro vai pagar a conta dessa submissão do Governo Federal às empresas que mantêm energia a preço especulativo. Cerca de R\$ 13 bilhões saíram do Tesouro Nacional, e tudo indica que outros R\$ 8 bilhões serão repassados nas contas de luz da população, em futuros aumentos, após as eleições de outubro. Até lá, as empresas farão empréstimos a juros altíssimos junto ao capital financeiro internacional. O MAB tem denunciado que, no interior do setor elétrico nacional,

9º CONGRESSO DOS EMPREGADOS DA CELESC

O MARCO REGULATÓRIO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR ELÉTRICO



Daniel Passos

Nesta edição o Linha Viva entrevista os palestrantes do 9º Congresso, Daniel Passos e Franklin Moreira. O primeiro é economista do DIEESE e assessor dos Sindicatos da Intercel. O segundo é Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU).

um conjunto de empresas privadas e outras sob governos tucanos promovem um golpe nas contas de luz, e que os futuros aumentos poderão ficar entre 18 e 31%. Esses aumentos seriam autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) às vésperas das eleições presidenciais - das 64 distribuidoras, 50 teriam o aumento autorizado entre abril e outubro.

Desde 2012, quando o Planalto anunciou redução nas tarifas, essas empresas não aceitaram a intervenção do governo para controlar os preços da energia elétrica e passaram a chantagear o governo e a população com as chamadas "crises" no setor elétrico, com ameaças de apagões etc.

Na renovação das concessões, no final de 2012, os cerca de 7.700 MW médios das hidrelétricas da estatal Eletrobrás, controladas pelo governo federal, passaram a vender sua energia a R\$ 33,00/1.000 kW. Isso permitiu a redução da conta de luz da população. No entanto, as empresas Cesp, Cemig e Copel, que possuíam cerca de 5.500 MW médios, recusaram a renovação das concessões. Não aceitaram reduzir o preço. Além disso, a Light (de propriedade da Cemig) e a Duke, que possuem outros 800 MW médios, também ficaram livres para vender sua energia a R\$ 822, já que seus contratos de venda se encerraram entre 2012 e 2013. É a energia dessas empresas que falta para as distribuidoras e, ao mesmo tempo, está disponível para as geradoras especular e cobrar R\$ 822. É energia de hidrelétricas construídas há mais de 30 anos, todas já amortizadas, que poderia

Linha Viva - A regulação do setor elétrico provocou que mudanças na forma de atuação das empresas de energia?

Daniel - As mudanças são contínuas, tendo em vista que a regulação é um processo de permanente aperfeiçoamento. Necessário lembrar que o setor sempre teve algum tipo de regulação mesmo na época que era totalmente estatal. Como o funcionamento do setor é interligado nacionalmente, estará sujeito à regulação, seja dos governos ou de agência reguladora. Com a privatização dos anos noventa e o modelo atual do setor, especialmente o livre mercado e os lobbies de expansão na transmissão e geração, o número de agentes atuando cresceu vertiginosamente. Como a atividade de energia tende ao monopólio, a necessidade e também dificuldade de regulação são crescentes.

Regular o segmento de energia elétrica em que é necessário conciliar o interesse público em um ambiente mercantil dominado pelo interesse privado além de um grande desafio, transforma as empresas que atuam no setor. O interesse público anterior, em que prevalecia a lógica de garantir o fornecimento de energia com qualidade e em condições de segurança aos consumidores finais, vem sendo substituída por uma lógica de eficiência empresarial que nem sempre garante a qualidade e segurança e, muitas vezes, nem mesmo garante o próprio fornecimento da energia.

Ao se transformar em uma atividade mercantil, a maioria das empresas (se não todas) está voltada à obtenção de taxas de retornos que atendam aos interesses dos seus acionistas, como é próprio de uma atividade capitalista. A busca da eficiência, nessa perspectiva, se transforma em uma lógica perversa em que se objetiva gastar cada vez menos. Reside aqui a grande transformação das empresas, ou seja, atuar de forma a rentabilizar cada vez mais o investimento do acionista, chocando-se com os interesses dos consumidores, trabalhadores e da própria regulação. Não foi por outro motivo que o setor se transformou em um dos maiores pagadores de dividendos nos últimos anos enquanto a qualidade foi decrescente.

ser comercializada a R\$ 33. Para justificar e esconder o golpe, alega-se, através de grandes meios de comunicação, que o custo é alto por culpa da falta de chuva e do acionamento de térmicas... Trata-se de uma grande mentira!

Como pode a hidrelétrica Luiz Carlos Barreto, de Furnas, localizada no Rio Grande, divisa entre MG e SP, vender energia a R\$ 33,00/MWh e, 30 km abaixo, uma hidrelétrica (Jaguara) da Cemig cobrar R\$ 822,83/MWh por uma energia gerada pela mesma água? Que aumento de custo tão grande teria ali? Térmica elas não são! E se fosse falta de chuva afetaria as duas usinas de forma igual. Não é melhor qualificar de golpe especulativo?

O governo, infelizmente, cede à chantagem dos especuladores. As empresas privadas e as administradas por governos tucanos, além de colocar R\$ 21 bi no bolso, estão esvaziando os lagos para forçar aumentos nas contas de luz e, de quebra, gerar um grande desgaste político eleitoral ao Executivo Federal.

O que realmente está em jogo é o esforço para manter a alta taxa de exploração sobre os trabalhadores e sobre a população, através da manutenção das tarifas de energia elétrica em patamares internacionais. E, com isso, garantir aos acionistas e especuladores taxas de lucro extraordinárias.

É óbvia a origem desse golpe que se gestou no interior do setor elétrico nacional: a privatização do modelo energético nacional, hoje, controlada por empresas privadas.

Linha Viva - Neste panorama, como está se dando a negociação trabalhista nas empresas do setor elétrico?

Daniel - Há um acirramento nessa relação. O conflito entre as direções das empresas e os sindicatos são mais frequentes e com maior duração. Trabalhadores de empresas que há muito não faziam greves voltaram a fazer. Há a percepção do aumento do trabalho e da precarização das suas condições. O mercado cresceu muito, no entanto o contingente de trabalhadores cresceu menos, houve uma intensificação da produtividade do trabalho sem a correspondente transferência aos trabalhadores. Na distribuição esse quadro é mais dramático. Os recorrentes cortes das despesas operacionais patrocinados pelas empresas para aumentar seus ganhos foi sendo capturado pela Aneel a cada revisão tarifária. Dessa forma, os recursos reconhecidos pelo regulador para as despesas de administração, operação e manutenção ao longo dos anos vêm se reduzindo, recriando um círculo vicioso de cortes. A consequência disso é que a participação da Parcela B (custos gerenciáveis) na tarifa final do consumidor é bem menor do que já foi. Ao mesmo tempo, as tarifas são cada vez mais elevadas e a qualidade da energia e dos serviços de operação e manutenção mais baixa. O cenário é de um conflito que vai além da relação trabalhista, envolve toda a sociedade já que a energia elétrica, antes de ser uma mercadoria é um bem público.

Linha Viva - A nova regulação do setor elétrico provocou alguma mudança no perfil dos trabalhadores eletricitários?

Franklin - A regulação na distribuição de energia elétrica, que é o segmento com relação mais direta para os trabalhadores da CELESC, tem como máxima, há mais de três décadas, a busca da chamada "eficiência nos custos" onde o trabalho é o alvo principal. O arcabouço legal da desqualificação tarifária no ano de 1993 começou a preparar o terreno para privatização e, trouxe junto, o fim da sistemática dos serviços de distribuição de energia elétrica pelo custo.

Após as privatizações os custos passaram a ser considerados por concessão, através de comparação com modelos de "custos virtuais" detalhados nas empresas de referências e, aprovados para o ciclo tarifário nas revisões tarifárias que ocorrem a cada 4 ou 5 anos. As empresas têm como aliado, para aumento dos seus lucros, o atrativo da chamada remuneração por incentivos.

Neste mecanismo de busca de lucros, a gestão para reduzir os custos operacionais (PMSO) é o principal fator determinante desta equação, uma vez que, definida as receitas para o ciclo tarifário, os gestores da "eficiência nos custos" têm no trabalho o terreno fértil para aplicarem as técnicas "modernas" de gestão de pessoas, pois as despesas com o pessoal representam a parcela mais significativa entre as demais. Mas não demorará muito, para estar quase próximas das despesas com serviços, onde estão os custos com serviços terceirizados, pois tem aumentado consideravelmente, como resultante da liberdade que tem as empresas para aumentarem seus lucros. E a permissão para aumentar a precarização do trabalho, em um setor de alto risco de acidentes fatais.

As empresas do setor, com base no parágrafo 1º, artigo 25 da lei 8987/96, estão defendendo no TST a continuação da terceirização nas atividades inerentes, complementares e assessorias. O STF está para decidir sobre a prevalência ou não do enunciado 331 do TST em relação à lei 8987/96. São várias ações civis públicas aguardando julgamento no TST e, outras com recursos impetrados pelas empresas de energia no STF contra a decisão do TST. A CELG - Companhia Energética de Goiás, empresa estatal, puxa a fila, aguardando o julgamento de seu recurso. Após ter perdido no TST, a sua defesa para continuar terceirizando o trabalho, às custas da perda da qualidade dos serviços de energia.

A eficiência operacional na gestão das despesas de PMSO - Pessoal; Material; Serviços e outros estão contidos no núcleo da regulação exercida pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Tanto é que, nas primeiras revisões tarifárias as notas técnicas emitidas pela agência continham até os salários e os números de trabalhadores por atividade para cada área de concessão. O "famoso" grupo HAY, que construiu o banco de dados com os salários dos trabalhadores para assessorar a ANEEL, é o maior consultor para elaboração dos planos de cargos por carreira e remuneração para as empresas do setor elétrico.

Linha Viva - Hoje, quais os maiores conflitos, como têm atuado os sindicatos e quais as perspectivas para os trabalhadores?

Franklin - Os maiores conflitos têm se dado nas negociações de renovação dos acordos coletivos de trabalho. Os sindicatos e os trabalhadores fizeram várias greves e paralisações durante as campanhas salariais nos anos recentes, para conquistarem acordos coletivos com aumentos reais nos salários, buscaram também cláusulas de saúde e segurança que protejam a vida dos trabalhadores, e ou resistindo à perda de conquistas. Muitos dos nossos sindicatos e a FNU/CUT vêm atuando institucionalmente no congresso nacional, na ANEEL, na pressão permanente junto ao governo federal e ministérios. O judiciário está entre as instituições que temos recorrido com frequência. Foi assim, no caso da Lei 12740, que revogou a lei 7369/85 que tratava da periculosidade dos eletricitários. Em relação à terceirização nossos sindicatos e a FNU/CUT têm feito várias denúncias das terríveis consequências para a qualidade do serviço, as fraudes que este processo envolve e a precarização das condições de vida e trabalho que ela representa. Todas estas denúncias serviram de base para os ministérios públicos do trabalho ingressarem contra à terceirização.

Para a FNU/CUT é preciso elaborar um novo marco arcabouço institucional para a regulação dos serviços de distribuição de energia elétrica no nosso país. Este novo modelo deve incorporar os trabalhadores e a sociedade nas suas decisões mais significativas.



Franklin Moreira

"A regulação na distribuição de energia elétrica, que é o segmento com relação mais direta para os trabalhadores da CELESC, tem como máxima, há mais de três décadas, a busca da chamada "eficiência nos custos" onde o trabalho é o alvo principal"

CELESC

MAIS UMA VEZ, INSEGURANÇA

Mais uma vez a Celesc deixa os trabalhadores expostos à situações de insegurança no trabalho. Em um setor de grande periculosidade como o elétrico, é incrível que a Celesc ainda consiga por meio de medidas administrativas deixar a situação ruim ainda pior.

Depois do episódio da tentativa de retirada dos vigilantes das lojas de atendimento e de uma acalorada discussão onde os sindicatos que compõem a Intercel deixaram claro para a empresa que a integridade física e psicológica dos trabalhadores não pode ser tratada com descaso, a Celesc agora deixa aqueles

Agências Regionais reduzem a cobertura de vigilância

que ficarem na empresa após as 18 horas à mercê da sorte. Isso por que em várias agências regionais o contrato de vigilância não cobre mais o período noturno. A situação aumenta a periculosidade nas entradas e saídas de trabalhadores, principalmente em horários mais avançados da madrugada, para trabalhadores que estão em sobreaviso.

A empresa não noticiou e não especificou o motivo da redução da vigilância. Apenas a "rádio peão" comenta o caso: redução de custos. Se for isso, é além de economia de palitos, um grande desrespeito com o celesquiano.

CUTUCADAS | Eletrosul

(DES)TRANSPARÊNCIA DO PGC

Há 45 dias tivemos a apresentação do PGC. E há 45 dias os trabalhadores aguardam informações com maior detalhamento, porém até agora só o que se escuta e sabe são dados "de corredor". Fora os trabalhadores que lotaram o auditório no dia 31/3, os demais não tiveram acesso às informações. Vídeo da apresentação? Slides da apresentação? Nem sinal. Nomes dos beneficiados? Custo de implantação? Silêncio. Tudo em nome da (des)transparência. A forma como foi divulgado o processo gera mais dúvidas do que certezas para as pessoas que pretendem desenvolver suas carreiras profissionais. Deve, portanto, a Eletrosul tornar público os critérios de enquadramento dos trabalhadores (inclusive gerentes) objetivando não semear a incerteza quanto ao que os empregados podem esperar do seu futuro profissional. Nunca é demais lembrar o princípio ético IV de nossa empresa:

IV. TRANSPARÊNCIA

Visibilidade dos critérios que norteiam as decisões e as ações das empresas Eletrobras, mediante comunicação clara, exata, ágil e acessível, observados os limites do direito à confidencialidade.

Intercel

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC Jornalista responsável: Paulo Guilherme Horn (SRTE/SC 3489) | Conselho Editorial: Dirceu Simas Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89206-000 | (047) 3028-2161 | E-mail: sindsc@terra.com.br As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

www.sindinorte.org.br
www.sinerjia.org.br
www.sintresc.com.br
www.intersul.org.br

Recentemente o Linha Viva divulgou a condenação da CEMIG por trabalho escravo contemporâneo. A condenação se deu por conta da investigação feita pela ONG Repórter Brasil, que entre outras situações acompanha e luta contra o trabalho escravo. A ONG é responsável pelo projeto "ES CRAVO, NEM PENSAR" (www.escravonempensar.org.br), que busca difundir o conhecimento a respeito de tráfico de pessoas e de trabalho escravo contemporâneo como forma de combater essas violações de direitos humanos, além de promover o engajamento de comunidades vulneráveis na

luta contra o trabalho escravo e o tráfico de pessoas. Para a equipe do Linha Viva, a publicação do caso na Cemig não foi apenas um alerta para aqueles que defendem a estatal mineira como exemplo para a Celesc e para o mercado em geral. A publicação é parte de um compromisso contra a exploração dos trabalhadores de todos os setores. A luta pelos direitos dos trabalhadores e contra o trabalho escravo ultrapassa o mero corporativismo e as questões de classe, sendo uma questão fundamental dos direitos humanos.

NOS 126 ANOS DA LEI ÁUREA, JOGO DIGITAL SOBRE NOVA ESCRAVIDÃO É LANÇADO

A Lei Áurea completa 126 anos nesta terça (13). Mas como a exploração do ser humano não comemora efemérides, formas contemporâneas de escravidão continuam a roubar a dignidade de milhares de trabalhadores brasileiros e estrangeiros não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Conhecer bem problema é fundamental e evitar confusões para que possamos combatê-lo e preveni-lo. Por isso, a Repórter Brasil, organização da qual faço parte, está lançando o primeiro jogo digital que aborda o trabalho escravo contemporâneo em meio rural e urbano.

Você pode estar se perguntando: "Jogo digital? Mas trabalho escravo não é coisa séria?" Pô, se é. Por isso mesmo precisa de uma nova abordagem para prender a atenção dos mais jovens e construir esse conhecimento com eles. Ou vocês acham que todo mundo vai entender a importância de um tema simplesmente porque nós o consideramos relevante? Conquistar a atenção do outro é fundamental. Fornecer instrumentos para professores e educadores também.

A dinâmica do game permite que o jogador seja responsável por conduzir um trabalhador, que deixa sua cidade natal em busca de melhores condições de vida e acaba sendo explorado. O jogador terá que fazer escolhas para que consiga escapar dessa situação.

A experiência estimula a sensibilização em relação aos abusos sofridos por trabalhadores na vida real. "Aplicamos conceitos e técnicas de desenvolvimento para provocar o que chamamos de 'aprendizado oculto' (stealth learning): o jogador não percebe que está aprendendo, mas termina a experiência com outro nível de consciência sobre o assunto", explica Paulo Luis Santos, CEO da Flux, empresa responsável pelo desenvolvimento do trabalho.

"O problema costuma ser visto como algo distante das pessoas, que acontece somente em lugares remotos, mas ele está presente em todos os estados brasileiros, inclusive em grandes centros urbanos", afirma Natália Suzuki, coordenadora do programa educacional da Repórter Brasil. O que envolve produtos como alimentos, equipamentos eletrônicos, roupas e até mesmo construção de prédios e residências.

A Organização Internacional do Trabalho estima em cerca de 21 milhões os atingidos pela prática globalmente. No Brasil, não há uma estimativa precisa (dependendo da fonte, os "chutes" variam entre 25 a 400 mil ou mais), mas o fato é que mais de 46 mil pessoas foram libertadas pelo governo federal desde 1995.

A versão em inglês do jogo será disponibilizada no início de junho. A iniciativa conta com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.



"A experiência estimula a sensibilização em relação aos abusos sofridos por trabalhadores na vida real. "Aplicamos conceitos e técnicas de desenvolvimento para provocar o que chamamos de 'aprendizado oculto' (stealth learning): o jogador não percebe que está aprendendo, mas termina a experiência com outro nível de consciência sobre o assunto", explica Paulo Luis Santos, CEO da Flux, empresa responsável pelo desenvolvimento do trabalho"



BAIXE O JOGO NO ENDEREÇO:

[HTTP://WWW.ES CRAVONEMPENSAR.ORG.BR/JOGO/JOGO.ZIP](http://www.escravonempensar.org.br/jogo/jogo.zip)

